

**IDENTIDADE CAMPONESA E PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA: POSSIBILIDADES E LIMITES NO
ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE OCIDENTAL, GO¹**

**PEASANT IDENTITY AND AGROECOLOGICAL
PRODUCTION: POSSIBILITIES AND LIMITS AT CUNHA
SETTLEMENT IN CIDADE OCIDENTAL, GOIÁS STATE**

Edson Batista da Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Itapuranga,
Professor titular do curso de Geografia
Av. Rio Araguaia Esq. C/ Rio Paranaíba S/ nº, St. Milton Camilo de Faria,
Itapuranga- GO, Brasil. CEP: 76.680-000
Email:edson_bat_silva@hotmail.com

Recebido 29 de novembro de 2014, aceito 23 de março de 2015

RESUMO- Este artigo tem o objetivo de analisar até que ponto a identidade camponesa ofereceu possibilidades para a territorialização da produção agroecológica no Assentamento Cunha. Para isso, foram realizadas pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de entrevista estruturada e semi-estruturada. Os resultados apontam mudanças na identidade camponesa, pois dezesseis núcleos familiares tomam decisões coletivas sobre o trabalho e quatro mulheres dirigem as parcelas. Além disso, cinquenta e sete entrevistados viveram a infância e juventude no campo e parte da vida adulta em centros urbanos. Não obstante, vinte e oito interlocutores destacam a presença de relações de ajuda mútua no assentamento, 53% entendem que a terra garante a reprodução camponesa, 18% percebem a terra como unidade sociedade/natureza, sendo que trinta e sete famílias afirmam que os filhos acompanham os pais nas atividades laborais. Contudo, também se agrava a problemática da sucessão rural, vinte e três famílias têm membros

1 Este artigo é parte da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, intitulada: Disputas Territoriais Camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO.

idosos, sendo que 28% dos assentados estão nessa faixa etária e 44% das famílias estão no estágio final de existência. Mas a territorialização da produção agroecológica, também foi potencializada pela reciprocidade camponesa, com as relações de troca de conhecimentos, de técnicas e de sementes. Já o conhecimento camponês contribuiu com a produção de adubos, com a seleção de sementes, com o manejo das espécies “praga”, entre outros processos. Diante disso, a monopolização do assentamento pelo capital, ocasiona a migração de mão-de-obra, o que acarreta em prejuízos a produção agroecológica.

Palavras-Chave: agroecologia, campesinato, identidade camponesa, conhecimento camponês.

ABSTRACT - This paper has as an objective to analyze to what extent the peasant identity offered possibilities for the territorialization of the agroecological production at Cunha Settlement. For this reason, bibliographic and field research was performed, with application of structured and semi-structured interview. The results indicate changes in the peasant identity, because sixteen family nucleus members make collective decisions about the work and four women run the plots. In addition, fifty-seven respondents have lived their childhood and youth in the country and part of their adult life in urban centers. Nevertheless, twenty-eight interlocutors highlight the presence of relations of mutual help at the settlement, 53% believe that the land assures farming reproduction, 18% perceive the land as a unity society/nature, being that thirty-seven families affirm that the children follow their parents in labor activities. However, it also aggravates the problem of the rural succession, twenty-three families have elderly members, being that 28% of the settled people are at this age group and 44% of the families are in the final stage of existence. But the territorialization of the agroecological production was also potentiated by the peasant reciprocity, with the relations of knowledge exchange, of techniques and of seeds. On the other hand, the peasant knowledge contributed with the production of fertilizers, with the selection of seeds, with the handling of the species “plague”, among

other processes. Therefore, the monopolization of the settlement by the capital, causes the migration of labor, what brings about damage to the agroecological production.

Keywords: agroecology, peasant farmers, peasant identity, peasant knowledge.

INTRODUÇÃO

O campesinato tem ocupado os debates acadêmicos desde o século XIX. Segundo Fabrini & Marco (2010), Marx, quando jovem, teve posições favoráveis aos camponeses ao vê-los em condições miseráveis. Mas, a possibilidade histórica da revolução socialista em 1848, em que os camponeses franceses se negaram a pegar em armas, o fez rever sua posição. Ela sofreria uma nova mudança, notória na carta de Marx a Vera Sassulitch, de 1881 (2005), em que aponta para as possibilidades socialistas da comuna rural, inclusive, de regeneração da sociedade russa.

No entanto, os marxistas ortodoxos desconsideraram esse entendimento. Para validar suas teses se apropriaram de compreensões de teóricos como Kautsky (1998). E, de fato, esse autor defende a superioridade do grande estabelecimento em relação à pequena propriedade. Todavia, Guzmán & Molina (2005) advertem que ele também formula explicações de resistência dos camponeses frente à pressão do Estado e dos grandes proprietários de terra.

Não obstante, no interior do marxismo surgiram vozes dissonantes. Luxemburgo (1985), por exemplo, defendeu que havia uma lacuna na teoria marxista, ao desconsiderar que o capitalismo necessitava de formas não capitalistas de produção para se desenvolver. Com isso, se estabeleceram as bases para a concepção da subordinação camponesa ao capital.

Shanin (2005) reafirma o campesinato como sujeito político, quando declara que as contradições do capital o levaram a se constituir em classe para si, este

passou a existir na consciência e na ação política direta de seus membros. Outros autores afirmam o camponês como detentor de um modo de vida. Woortmann (1990), por exemplo, apresenta três categorias fundamentais para entendê-lo, sendo elas: terra, família e trabalho. Dentro dessa tríade há relações de reciprocidade, sustentadas numa ordem moral.

Como esclarece o autor: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23). Mas, Bourdieu (1983), advoga que a subjetividade não é estática e sim, resultado da relação entre a interioridade e a exterioridade. Nesse contexto, Almeida (2006) entende que o conceito de *habitus*, enquanto *modus operandi* dos sujeitos sociais, consegue expressar melhor a identidade camponesa, porque substitui a concepção da tradição estática pela ideia da tradição dinâmica.

O fato é que a identidade camponesa se assemelha ao conceito de identidade como pensado por Hall (1997), por Castells (1999) e Almeida (2009), é dinâmica, fragmentada, contraditória, múltipla e pode se transformar em identidade de resistência frente às contradições produzidas pelo agronegócio². Nesse sentido, a cultura assume uma dimensão política. Portanto, uma compreensão que ganha fôlego é a que aproxima campesinato e agroecologia³.

Nesse sentido, Guzmán & Molina (2005) defendem que o campesinato é mais do que uma categoria histórica, se constitui numa forma própria de manejar

2 Neste texto entende-se que o agronegócio tem origem entre o capital financeiro e as burguesias industriais europeias e estadunidenses. É resultado de pactos entre as corporações multinacionais, os empresários rurais, os latifundiários, as organizações supranacionais e o Estado.

3 Segundo Altieri (2012), a agroecologia é um enfoque interdisciplinar, que envolve conhecimentos da ecologia para o desenho e o manejo de agroecossistemas. Também destaca que implica levar em conta as dimensões políticas, econômicas e culturais na realização da produção no campo.

os recursos naturais, os agroecossistemas locais, dotado de um conhecimento próprio sobre o seu entorno, condicionado pelo nível tecnológico.

A compreensão do camponês como portador de saberes agroecológicos não significa defender uma reificação, reconhece-se inclusive os limites desse conhecimento. Apenas como adverte Shiva (2003), sua desconsideração implica em uma invisibilidade perigosa. Com isso, a intenção desse artigo é analisar até que ponto a identidade camponesa composta de saberes agroecológicos, contribuiu para a territorialização da produção agroecológica no Assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO. O artigo está dividido em três partes. Na primeira a discussão se verte para a metodologia utilizada no trabalho, na segunda as reflexões se vinculam aos elementos específicos da identidade camponesa como potencialidade para a produção agroecológica, enquanto na terceira as análises se relacionam à importância do conhecimento camponês para a territorialização dessa forma de produção no campo. Desse modo, no próximo item será exposto a metodologia utilizada no trabalho.

METODOLOGIA: OS PRECURSOS DA PESQUISA

Esta pesquisa compõe parte da dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. A questão mobilizadora foi entender até que ponto a identidade camponesa ofereceu possibilidades para a territorialização da produção agroecológica no Assentamento Cunha. Esse recorte espacial se justificou pela existência de experiências agroecológicas no referido assentamento. Quanto ao recorte temporal, se concentrou no período de 2012 a 2013. No entanto, algumas inferências foram realizadas em momentos anteriores.

Para responder a problemática, se procedeu a pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de conceitos atinentes ao

trabalho, como campesinato e agroecologia. Quanto a pesquisa de campo, a princípio se estabeleceu a realização de entrevistas com as sessenta e duas famílias assentadas, porém, uma delas se negou prestar informações, então, foram entrevistadas sessenta e uma famílias. Feito isso o próximo passo foi eleger como interlocutor os presidentes das duas associações do assentamento.

As entrevistas desenvolvidas com os assentados ocorreram na modalidade estruturada, com formulário previamente elaborado, contendo questões concernentes ao conhecimento camponês, a especificidade e a identidade camponesa. Quanto as entrevistas com os presidentes das duas associações, foram desenvolvidas na modalidade semi-estruturada, em que se abordou questões sobre a formação das associações, as metodologias de difusão da produção agroecológica e a importância da identidade camponesa na agroecologia.

Na realização das entrevistas e em outros momentos, sempre se tinha em mãos a caderneta de campo, para anotar informações e dados primários, assim como a máquina fotográfica, para registro das impressões das observações simples. A pesquisa de campo aconteceu entre dezembro de 2012 e junho de 2013. Durante a realização não foram encontradas dificuldades, os camponeses foram receptivos. O *modus operandi* adotado para a pesquisa levou em conta alguns aspectos.

Por exemplo, a entrevista se iniciava somente com o consentimento dos sujeitos. No início, pernoitava-se na casa de uma das lideranças, no entanto, os possíveis conflitos internos fizeram-nos mudar a escolha. Tomou-se a decisão de hospedar no centro urbano de Cidade Ocidental, para evitar uma imagem ligada a algum dirigente interno. Esse procedimento foi imprescindível para o sucesso das entrevistas. Os assentados se sentiram à vontade para expressar suas concepções, principalmente acerca de questões políticas internas do assentamento.

Além disso, foram valorizados alguns elementos da especificidade camponesa, no que se refere a oferta de alimentos nos momentos de entrevista, por considerar que este hábito é uma forma de linguagem no campo; raramente se negava uma fatia de bolo, de queijo, um pão de queijo e um prato de comida para evitar o risco de fazer “desfeita.” Nesse contexto, as atitudes enumeradas foram eficazes, os interlocutores foram solícitos as questões da pesquisa e muito receptivos.

O fato é que foi fundamental ir ao assentamento, sentir o cheiro, ouvir os sons, as dores, as alegrias, as histórias, os conhecimentos e observar as experiências agroecológicas, ou seja “amassar barro.” Além disso, se procedeu a pesquisa documental, com a análise do Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (PRAC/2011), tendo em vista entender as características do mesmo.

Na **Figura 1** se observa que o Assentamento Cunha se localiza no estado de Goiás, na Microrregião do Entorno de Brasília, no município de Cidade Ocidental. Dista 42 quilômetros do Plano Piloto e 32 quilômetros da sede do município de Cidade Ocidental. Esse município se limita ao norte com o Distrito Federal, a leste/sudeste com Cristalina, ao sul com Luziânia e a oeste com Valparaíso de Goiás.

O acesso ao Assentamento Cunha pode ser realizado, a partir do centro urbano de Cidade Ocidental, pela rodovia GO- 521, em que se percorre em torno de 17 quilômetros até o Distrito do ABC, segue-se à direita por uma estrada vicinal, numa extensão de 15 km, passando pelo condomínio residencial Alphaville e, em seguida, pela Fazenda Barreiro, até chegar ao referido assentamento.

A criação desse assentamento, segundo o PRAC (2011) ocorreu em 17 de dezembro de 1998, com 62 famílias assentadas, fruto da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Quanto a sua



Figura 1: Localização do assentamento Cunha, Cidade Ocidental, GO-2014.

configuração territorial, foi formado no modelo semicoletivo, com sessenta e duas parcelas contendo seis hectares, área coletiva, com 335, 86 hectares, áreas de reserva legal, com 204, 27 hectares, de preservação permanente, com 113,75 hectares, e espaço comunitário, com 4 hectares respectivamente. Além disso, foram destinados espaços a templos religiosos e áreas de lazer.

No próximo item a discussão se vinculará a identidade camponesa como possibilidade para a produção agroecológica. Nele, assim como nos demais, na apresentação das falas dos entrevistados, não se mencionou o nome verdadeiro, foram adotados nomes fictícios, tendo em vista preservar a integridade dos mesmos. Já as declarações foram expostas, porque se teve autorização dos interlocutores. Também foram preservados os nomes das duas associações, adotou-se a denominação “primeira associação” para aquela com maior período de atuação e “segunda associação” para a de formação mais recente.

A IDENTIDADE CAMPONESA COMO POSSIBILIDADE PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Santos (1984) identifica os seguintes elementos da produção camponesa: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório, a mão-de-obra assalariada, a socialização camponesa, a propriedade da terra, a concepção de autonomia do trabalho, entre outros. Esse autor sustenta sua definição em Chayanov (1974), que analisa a economia camponesa e, nela, o balanço trabalhador/consumidor.

Segundo Chayanov (1974), a presença da força de trabalho familiar é central na produção camponesa. No Assentamento Cunha, a divisão do trabalho na família é mediada também pelo gênero, como pode ser observado na **Figura 2**. Nele se nota que cabem, majoritariamente, aos homens as decisões referentes aos negócios; às mulheres, o cuidado da casa e o controle da economia doméstica. O quintal é o espaço de transição, nele o poder de decisão da mulher perde força, enquanto o do homem se amplia. Mas, na falta de braços masculinos, realidade vivenciada em quatro parcelas, as mulheres e os filhos assumem a responsabilidade pelas atividades de trabalho.

Nesse sentido, se na agroecologia uma das questões centrais é a ampliação do protagonismo feminino, no Assentamento Cunha o que se observa é que existem processos de superação do *habitus* de classe, que segundo Woortmann (1990), atribui à mulher somente o papel vinculado ao cuidado da casa-quintal.

No assentamento, apesar da característica patriarcal das famílias, há sinais de mudanças em curso, por exemplo, dezesseis núcleos familiares discutem e tomam decisões coletivas. Além disso, as mulheres têm participação ativa nas organizações políticas internas, como na “primeira associação.”

Quanto ao tamanho da família, se nota na **Figura 3**, que predominam famílias

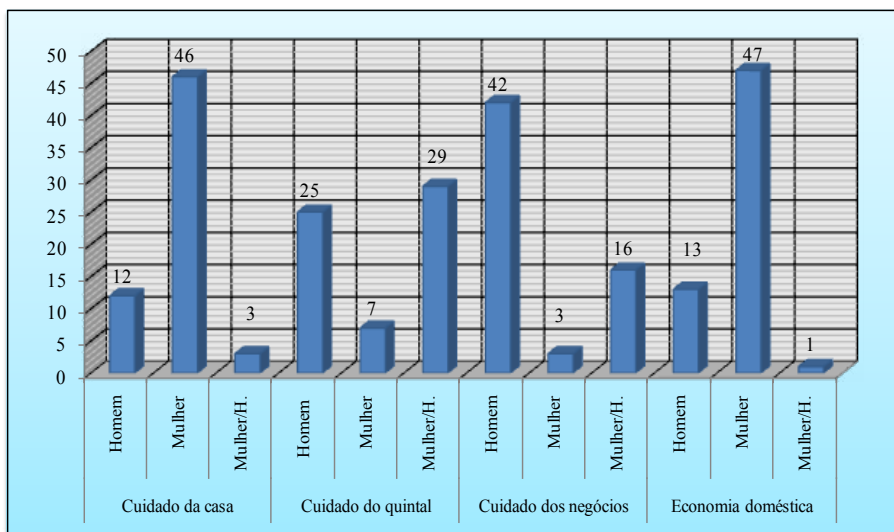


Figura 2: Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Realização de diferentes atividades a partir das relações de gênero nas famílias assentadas – 2013.

Fonte: Pesquisa de campo – 2013.

que têm entre um e quatro integrantes. Mas, como destaca Woortmann (1990), para o campesinato a família se constituiu num valor, ou seja, os residentes na casa nem sempre correspondem à sua dimensão real. No assentamento alguns membros permaneceram nos centros urbanos, quando aconteceu a formação do mesmo, principalmente os filhos. Todavia, a configuração familiar (ou de família) considerada na análise foi a formada pelos membros residentes no assentamento, estes que compõem a força de trabalho familiar nas parcelas.

A comparação dos dados da **Figura 3** com os da **Figura 4** destaca que há migração de mão-de-obra nas próprias famílias residentes, principalmente a migração do tipo pendular. Esse processo é mais comum nas famílias de maior dimensão. Isso ocasiona a elevação da porcentagem de famílias comportando entre um e quatro integrantes que trabalham diretamente no assentamento.

A territorialização das famílias, já dilaceradas, é constatada na análise da trajetória espacial dos assentados entrevistados. Se observa na **Figura 5** a presença no assentamento de pessoas de todas as regiões brasileiras. Nesse sentido, vinte e cinco entrevistados afirmaram que nasceram no Nordeste, vinte e três disseram serem naturais da Região Sudeste, enquanto três são do Sul, nove do Centro-Oeste e um entrevistado é da Região Norte.

Cinquenta e sete assentados afirmam que viveram a infância e a juventude no campo e, quando questionados acerca das atividades desenvolvidas pelos pais e avós, cinquenta e sete deles afirmaram que os pais eram agricultores, enquanto para as atividades de pescador, professora, funcionário do Ministério dos Transportes e pedreiro aparece uma resposta para cada variável respectivamente.

Com isso, diferentemente de Machado & Machado *et al.* (2011), não se

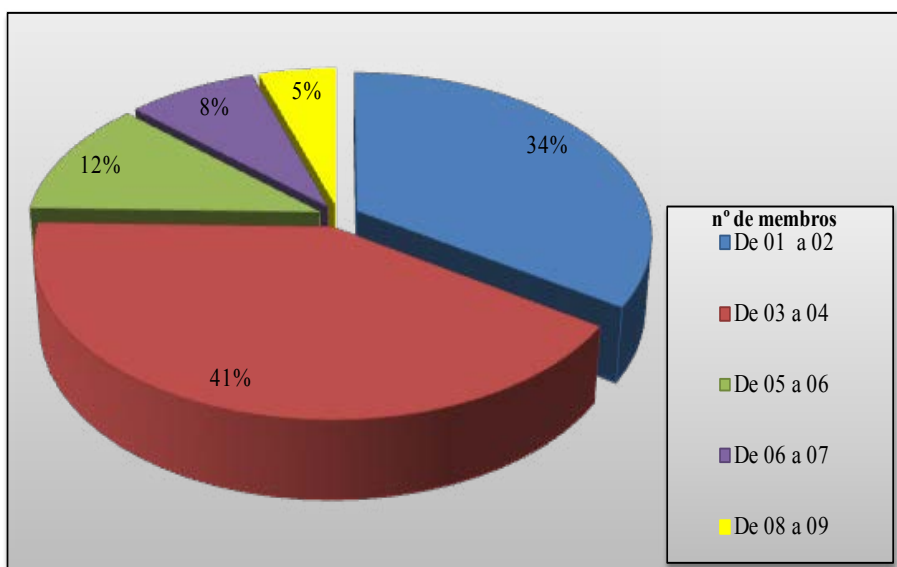


Figura 3: Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – percentual de famílias assentadas quanto ao número de membros residentes no assentamento – 2013

Fonte: Pesquisa de campo – 2013.

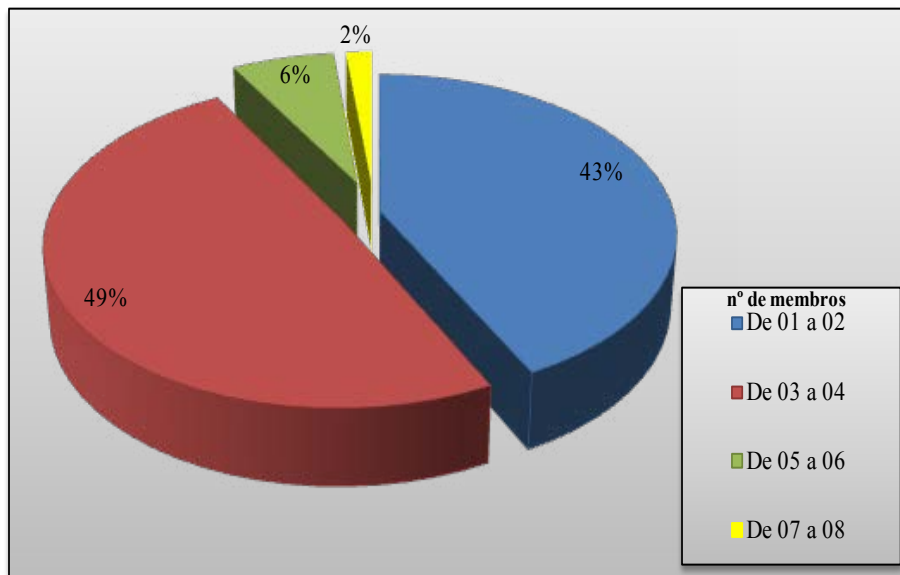


Figura 4: Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental - percentual de famílias assentadas cujos membros trabalham na parcela da família – 2013.

Fonte: Pesquisa de campo – 2013.

deve considerar que os camponeses do Assentamento Cunha sejam integrantes de um “êxodo urbano”, como se realizassem uma ida ao campo. A análise das suas trajetórias espaciais permite afirmar que se trata de um retorno ao campo devido à permanência de um *habitus* de classe camponesa, embora ele agregue elementos do modo de vida urbano. Como declara Vergés (2011), ao migrar os camponeses levam a identidade na “capanga” e, na essência, permanecem camponeses, por uma questão de vida.

As razões da expropriação do campo ocorreram com a ampliação das relações salariais neste espaço, além das dificuldades de reprodução camponesa em pequenas propriedades. Assim como a seca no Nordeste, utilizada de forma geopolítica pelos coronéis regionais para a perpetuação no poder, vinculada à

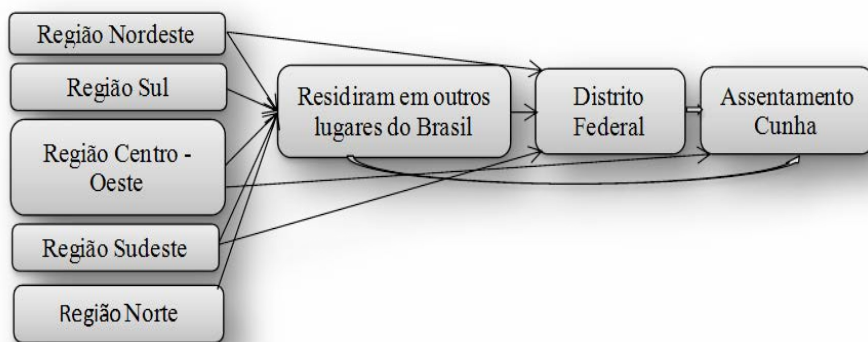


Figura 5 - Trajetória espacial das famílias do Assentamento Cunha.

Fonte: Pesquisa de campo/2013.

atração representada pela construção de Brasília.

Enquanto na cidade, os camponeses exerciam trabalhos de baixa remuneração, isso quando os encontrava, além disso, não tinham direito à cidade. Esse aspecto, vinculado à identidade camponesa, o impulsiona a querer voltar para o campo. Nesse sentido, ao ser questionado o senhor Felício relata: “*Eu gosto da roça demais. Na cidade a gente num pode criá nada.*” (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Abril de 2013).

No entanto, nesse retorno, as famílias já se territorializaram dilaceradas. Com isso, os filhos dos assentados tiveram sua formação cultural vinculada ao modo de vida urbano/industrial. Além disso, muitos deles já tinham empregos de baixa remuneração nas cidades.

Outro fator recorrente é a desagregação da família depois de esta já estar territorializada no assentamento. As razões desse processo são: as condições criadas pelo Estado para reprodução do campesinato, que se associam aos interesses do agronegócio limítrofe e do setor industrial em utilizar o assentamento como viveiro de mão-de-obra barata.

Certo é que o percentual atual de membros das famílias que trabalham diretamente na parcela é um dos elementos que dificulta a produção agroecológica. Já que, como afirma Altieri (2012), a mão-de-obra humana e animal são fundamentais para a territorialização da produção agroecológica e para a independência dos combustíveis fósseis.

Quanto à composição das famílias, vinte três têm membros idosos, vinte duas componentes em idade escolar e em cinquenta e uma integrantes acima de 15 anos. O que demonstra que muitos membros das famílias estão inaptos ao trabalho contínuo, geralmente contribuem com o trabalho de acordo com suas capacidades e em períodos menores de tempo. As crianças, não têm condições de exercer as atividades laborais de um adulto e, além disso, elas e os jovens se ausentam do assentamento para estudar nos períodos da manhã ou da tarde. Quanto aos idosos, a diminuição do período de trabalho está associada à própria condição biológica.

Mesmo as famílias que têm integrantes acima de 15 anos que não frequentam a escola veem o número de componentes disponíveis para o trabalho diminuir devido à migração para atividades laborais fora da parcela.

Além disso, o Assentamento Cunha acompanha a tendência de envelhecimento da população brasileira. Nesse sentido, 46% dos entrevistados têm entre 41 a 60 anos, 28% acima de 60 anos, 15% entre 20 e 40 anos e 11% não declaram a idade.

Portanto, como limites para o desenvolvimento da produção agroecológica há os seguintes fatores: a diminuição da mão-de-obra familiar, dificuldades para realizar a sucessão rural e a política do Estado nacional para a agricultura camponesa, associada à exploração campesina pelo capital, que estimula a migração para atividades fora da parcela; com isso, para o desenvolvimento das atividades produtivas de base agroecológica há um número menor de camponeses

e muitos são idosos ou crianças e jovens em idade escolar.

Ainda sobre o debate da família como elemento fundamental para o trabalho, é importante observar o seu estágio de desenvolvimento. No Assentamento Cunha, 44% das famílias têm de 31 a 50 anos de existência, 35% de 11 a 30 anos, 14% de 0 a 30 anos, enquanto 7% têm acima de 50 anos de vida. No entanto, a maior parte das famílias atingiu a fase denominada por Chayanov (1974) como sendo de maturidade, ou seja, em torno de vinte e cinco anos. Nesse estágio, a relação trabalhador/consumidor tende ao equilíbrio.

No Assentamento Cunha, entretanto, muitas famílias, ao se territorializarem, já estavam na fase de maturidade, em que muitos filhos já haviam se casado. Nesse sentido, a maior parte delas está no estágio final de existência. Com isso, a agricultura camponesa com princípios agroecológicos tem sido garantida pela autoexploração dos membros em idade adulta avançada ou até idosos. Esta prática é ampliada pela inserção do modo de vida industrial/urbano que acarreta a necessidade de adquirir mais bens de consumo.

A isso se associa a apropriação da renda da terra. Com isso, muitos chefes de família, mesmo tendo a presença de filhos, solteiros ou casados, os veem migrarem em busca de trabalho. Reafirma que a escassez de mão-de-obra para a produção agroecológica não é fruto somente da condição biológica das famílias, ou de seu tamanho e composição. É resultado principalmente do interesse de reprodução ampliada do capital que explora os camponeses de várias formas.

Como relata Vergés (2011), o capital utiliza diversos caminhos para drenar a renda camponesa. O capitalismo inviabiliza projetos de autonomia camponesa e isso demonstra que a luta pela produção agroecológica é também uma luta contra o capital. Com isso, o assentado se proletariza, de forma temporária ou permanente. As famílias que conseguem manter todos os membros trabalhando

na propriedade são aquelas que conseguem maior rendimento, com canais de comercialização direta.

A autoexploração poderia diminuir com as relações de ajuda mútua. Isto fortaleceria a produção agroecológica, porque reforçaria os laços de amizade, de reciprocidade e redes políticas de solidariedade que possibilitaria diferentes trocas entre camponeses. Desde aquelas que envolvem o trabalho, a amizade, os conhecimentos, até sementes das espécies cultivadas.

No Assentamento Cunha há relações de ajuda mútua, vinte e oito entrevistados afirmaram isto, com destaque para a troca de dias de trabalho e os mutirões. Já a “traição” não foi mencionada por nenhum deles. Os mutirões, fora da área coletiva, acontecem principalmente entre os nordestinos. Os dados, também evidenciam o seu enfraquecimento; dezessete entrevistados negaram a sua existência, seis afirmam seu enfraquecimento e oito retomaram-nas somente na memória.

Segundo os assentados, a diminuição das relações de ajuda mútua ocorre pelo advento de hábitos do modo de vida urbano/industrial, que modificam práticas culturais e enfraquecem as redes de solidariedade, de reciprocidade camponesa, antes consolidadas. Com isso, não conseguem compensar a diminuição da mão-de-obra e arrefecer a autoexploração. Assim, no momento atual, a diminuição da mão-de-obra familiar é compensada principalmente pelo trabalho temporário e, em menor proporção, pelo assalariado.

No Assentamento Cunha, se nota na **Figura 6** esse processo, há um desequilíbrio quando é comparado o número de famílias que utilizam mão-de-obra temporária com daquelas que têm componentes empregados nessa condição. Os dados comprovam o pequeno número de camponeses disponíveis para trabalhos temporários. Essa realidade é sentida principalmente nos períodos

mais intensos da atividade agrícola.

Não obstante, as famílias maiores também direcionam esses membros para atividades fora do assentamento. Dessa forma, parte dos trabalhadores temporários do Assentamento são trabalhadores agrícolas das periferias das cidades próximas. Quanto à mão-de-obra assalariada, também há disparidade. Todavia, nesse caso é maior o número de integrantes empregados fora do assentamento.

O número de trabalhadores empregados nos centros urbanos próximos é entendido pela polarização exercida por Brasília, que oferece ocupações com melhores salários. Faltam aos assentados acesso a mecanismos que permitam se apropriar do resultado do seu trabalho. Há um equilíbrio mínimo dos fatores

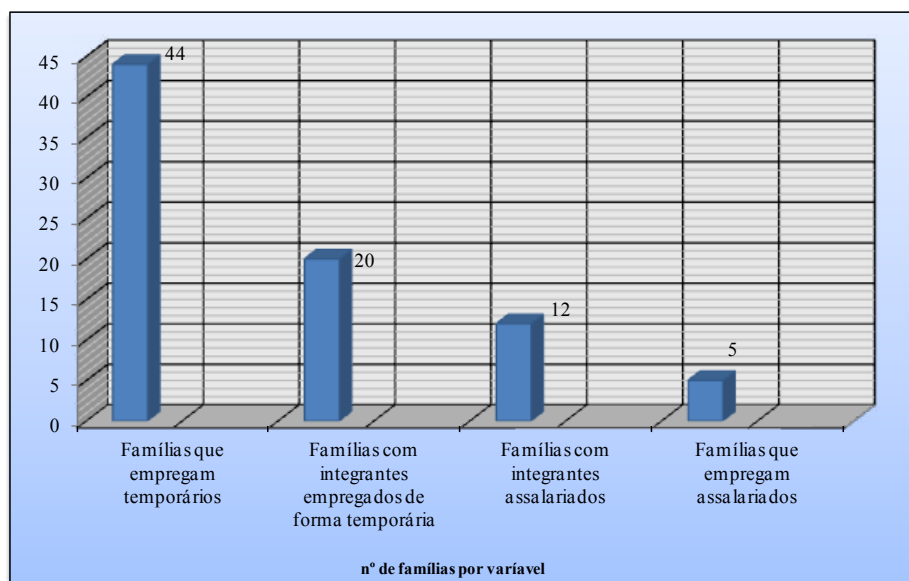


Figura 6: Assentamento Cunha - Município de Cidade Ocidental – Número de famílias que empregam ou possuem trabalhadores ocupados como temporários e assalariados, segundo os assentados entrevistados – 2013.

Fonte: Pesquisa de campo – 2013.

terra, capital e força de trabalho, apontados por Chayanov (1974). Isso ocasiona a reprodução da submissão do campo à cidade. A produção agroecológica, enquanto proposta anticapitalista de autonomia do campo, não tem conseguido atingir esse objetivo no Assentamento Cunha.

A falta de políticas públicas consistentes para a agricultura camponesa, atuando em conjunto, promove a exploração dos assentados. Esse processo resulta na invasão da terra camponesa pelo capital, com a consequente captura dos braços mais jovens. A esse respeito dona Maria explica: *Num dá pra vivê todo mundo aqui, não tem como sobrevivê só daqui de dentro. Por isso meus filho foi trabalhá pra fora. A produção é pôca e custosa, demorada, se plantô feijão, só na colheita vô tê retorno. Faço também polvilho, farinha e vendo. Mas o dinheiro é pôco e nós tudo precisa de rôpa, calçado e outras coisa. (Assentada do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Abril de 2013).*

Os assentamentos têm sido criados apenas para mitigar os conflitos pela terra. Isso leva muitas famílias a buscar o trabalho temporário e assalariado para garantir a sobrevivência. Segundo Martins (2012), a migração, todavia, também é resultado do ciclo de crescimento econômico atual do país. Com isso, segundo o autor, o trabalho urbano assume centralidade na estratégia de sobrevivência das famílias assentadas.

O elemento central, no entanto, é que a consolidação da produção agroecológica é afetada, o que demonstra que compreender a agroecologia vinculada apenas à dimensão técnica negligencia a necessidade da luta contra o capital para construir uma relação menos hierárquica cidade/campo. Como já foi relatado, há mão-de-obra no Assentamento Cunha para fortalecer a produção agroecológica, os jovens assentados são socializados na cultura camponesa, todavia, os baixos rendimentos no campo os conduzem para os centros urbanos.

Há uma preocupação das famílias com a socialização camponesa no trabalho. Trinta e sete entrevistados declararam que os filhos os acompanham nas atividades laborais desde a infância, dezessete responderam de forma contrária porque seus os filhos sequer vieram para o assentamento. Além disso, quatro núcleos familiares têm filhos muito pequenos, dois não têm filhos e um possui o filho enfermo.

Santos (1984), esclarece que a prática da socialização nas comunidades camponesas ocorre com a transmissão dos saberes acumulados dos pais para os filhos, o senhor Carlos relata: *“Desde pequeno, eu ensino meu filho tudo que eu sei. Tudo que aprendi com meu pai tô ensinando pra ele. Tem de aprendê trabalhá pra se sustentá.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Junho de 2013).

A socialização camponesa, como parte da identidade das famílias assentadas é uma prática importante para o fortalecimento da produção agroecológica. Como se depreende da fala acima, aquela permite a transmissão dos saberes camponeses e o fortalecimento da produção para autoconsumo. Nesse ínterim, a produção agroecológica pode esbarrar na concepção de autonomia do trabalho do campesinato.

Como esclarece Santos (1984), a autonomia do trabalho do campesinato é determinada pelo modo de produção capitalista. Há, então, no camponês uma representação ideológica do trabalho, que produz uma ética favorável à burguesia. No Assentamento Cunha se percebe a permanência dessa concepção ideológica da autonomia do trabalho. Como se observa na fala do senhor Paulo: *“Aqui na roça ocê num tem ninguém para ti mandá, num é vigiado, porque eu considero isso um tipo de escravidão. Apesar de que eu considero que essa terra num é minha, é do INCRA, ninguém pode falá que é dono.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro

de Maio de 2013).

Sendo assim, quarenta e três entrevistados declararam que o trabalho na parcela trouxe maior autonomia, associada quase sempre à determinação das horas de trabalho, ou a produção para autoconsumo. Já sete assentados declararam que a exploração permanece, mesmo após a territorialização no assentamento, enquanto três mencionaram que o trabalho na unidade de produção dificulta o acesso ao dinheiro.

Acredita-se que a concepção de autonomia do trabalho camponês tem limites, no entanto, oferece possibilidades para o fortalecimento da produção agroecológica porque nega a submissão, a proletarianização; e o desejo de produção para autoconsumo fortalece o desejo da autonomia camponesa. Além disso, o conhecimento total da produção livra o camponês do trabalho fragmentado, ele se reconhece no resultado do próprio trabalho. Essa autonomia pode ser fortalecida com o incentivo ao trabalho criativo, inventivo, construtor de soluções locais, tecido na identidade dos assentados entre si e com o meio.

Quanto à terra, ela representa para os assentados fartura, trabalho, produção para o autoconsumo e símbolo do vínculo sociedade/natureza. Essas representações aparecem nas falas dos camponeses. Sendo assim, 53% dos entrevistados entendem que a terra garante a reprodução camponesa, 18% chamam a atenção para a não separação sociedade/natureza, 5% reportam a terra como mãe e outros 18% tiveram dificuldade de responder.

O senhor Gonçalves, por exemplo, concebe a terra da seguinte forma: “*A gente que é da roça, tá no sangue; parece que é aquela história: quando a gente nasce a mãe intera o umbigo da gente na terra e a gente fica ligado nela.*” (*Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Abril de 2013).*

Dona Maria também argumenta: *“A terra é um pedaço da gente, a gente teve aquela vontade de tê-la, passamos fome, frio, calor, tudo pra tê-la.”*

A reconstrução da relação sociedade/natureza, importante para a produção agroecológica, deve utilizar a identidade do camponês com a terra, o vínculo indissociável ser humano/natureza. Para o assentado do Assentamento Cunha quase sempre enxerga o acesso a terra também como condição para a obtenção do alimento e a realização no produto do trabalho. Assim entende o senhor Odair: *“A utilidade da terra pra mim é boa demais, você plantá e vê as coisas prosperar, cê tem seu milho, sua mandioca.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Abril de 2013).

Nesse âmbito, a representação camponesa da terra é fundamental para a produção agroecológica. Para os camponeses, a terra e seus sujeitos sociais só existem juntos, ou seja, há um metabolismo sociedade/natureza. Desse modo, a observação dos tempos da natureza, a convivência histórica com os ecossistemas, a defesa da produção para o autoconsumo permite não somente o respeito aos elementos bióticos e abióticos e a natureza interior e exterior ao ser humano, mas também o fortalecimento da Soberania Alimentar⁴. Tal identidade deve ser repensada na produção agroecológica. No próximo tópico a discussão se concentrará na análise do conhecimento camponês, como possibilidade para a produção agroecológica.

O CONHECIMENTO CAMPONÊS E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

As imposições do capitalismo têm provocado a morte de saberes e práticas historicamente acumulados pelo campesinato. Shiva (2003), diante do caráter

⁴ Segundo Stedile & Carvalho (2012), o conceito de Soberania Alimentar defende a possibilidade dos diversos povos de acesso aos recursos, às técnicas e ao conhecimento para realizar a produção de alimentos.

imperialista/colonialista do conhecimento ocidental, num conceito abrangente, propõe que se vive no mundo monoculturas da mente:

[...] o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as condições de existência de diversas espécies. (SHIVA, 2003, p. 25).

O discurso imperialista impõe o que é ciência, tecnologia, primitivo, moderno, produtivo e de alto rendimento. O capitalismo legitima o conhecimento científico, produzido segundo os padrões ocidentais. Esse processo instituiu a monocultura mental, o determinismo do único modo de fazer agricultura. No Assentamento Cunha, os camponeses retomam na memória a produção realizada segundo a biotecnologia histórica originária. Assim esclarece o senhor Benevides: “*Num tinha adubo, semente comprada, ninguém sabia o que era isso. Nós colocava semente de feijão no garrafão e selava com cera de abelha Europa ou Preta. O adubo era do mato brocado e queimado.*” (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). A autonomia camponesa existia em relação a determinados meios de produção, assim como o adubo e a semente supracitados.

A derrubada da mata e sua queima é que forneciam os nutrientes para as plantas. Altieri (2012) destaca que esse modelo autóctone, devido à destruição que imprime aos biomas, deve ser substituído pela adubação verde e as agroflorestas. Entretanto a fala acima demonstra que o camponês é produtor

de saberes. A vedação da boca do garrafão com cera mostra esse aspecto. Na convivência histórica com a natureza exterior houve a construção de saberes de conservação das sementes.

O senhor Benevides relatou que utiliza essa prática até hoje no assentamento. O que comprova que o conhecimento camponês é importante para a produção agroecológica, porque se apresenta como possibilidade para a construção do presente. Todavia, esse assentado não é o único a retomar essas práticas. O senhor Paulo relata: *“Nóis nunca comprô semente, nóis escolhia as semente melhor, debuiava as espiga de milho, a ponta e o pé descartava. O adubo só usava o da terra. Também num tinha essa coisa de colocá veneno, prá isso nóis usava planta do Cerrado. Aqui eu fiz esse sistema.”* A convivência histórica com os biomas proporcionou conhecimento profundo deles, criando o que Altieri (2012) chama de classificações etnobotânicas.

No assentamento, o domínio da semente tem sido fortalecido pelas redes políticas de trocas locais camponês/camponês. Assim menciona o senhor Reginaldo: *“Eu fiz troca de semente de milho e feijão com o vizinho esse ano.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). No Assentamento Cunha foi constatado que essa rede permanece, como por exemplo, no plantio da mandioca.

Já o senhor José evidencia que práticas agroecológicas já eram parte daquelas utilizadas nas áreas de plantio: *“A gente fazia rotação, plantava um ano num lugá, oto ano notro.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). A rotação mencionada é um tipo de pousio; nele a terra fica em descanso para recompor os nutrientes do solo e eliminar vetores de doenças.

Os assentados, devido ao conhecimento acumulado, não se deixam convencer

pelo discurso ideológico do agronegócio. Segundo Gonçalves (2012), os seus agentes substituíram o termo agrotóxico por defensivo, um eufemismo para esconder o seu real significado. Mas parte significativa das famílias entende que o ser humano não precisa se defender da natureza. Como Menciona o senhor Aristênio: *“Nunca usei veneno. Eles enfraquece os legume.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Junho de 2013).

Dona Aurora também assevera: *“Meu pai ensinava que veneno só prejudica a terra. Ele dizia que se a gente cuidar da terra, ela dá tudo em dobro.”* (Assentada do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Junho de 2013). Mas o agronegócio, com a “Revolução Verde”, causou transformações na agricultura camponesa.

Na representação dos camponeses aparecem quase sempre dois espaços/tempos no uso da terra. O primeiro, quando residiam com os pais e praticavam a agricultura com princípios agroecológicos. O segundo, quando têm dificuldade em territorializá-la no assentamento. Assim advoga dona Maria: *“Num tinha de comprá semente, fertilizante e agrotóxico, num era terra morta, como essas terra aqui cheia de veneno.”* Não obstante, o senhor João, diferentemente dos outros entrevistados, reconhece três espaços/tempos na produção agrícola:

É porque naquela época na década de 60,70 todo trabalho era agroecológico. Depois, com a “Revolução Verde”, que mudou um pouco esse sistema. E agora, a gente voltou à questão das origens, né?! Trabalhamos com agroecológico no início da vida e agora no final. (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Fevereiro de 2013).

O pacote da “Revolução Verde” promoveu a desestabilização de redes de

trocas e a adjetivação negativa do conhecimento camponês. Como menciona Shiva (2003), as multinacionais impuseram discursos pensados para atender aos próprios interesses e não das comunidades camponesas dos países “pobres.”

Mas, a temporalidade do capital, mesmo com toda sua força, não destruiu a temporalidade da agricultura camponesa, na **Figura 7** pode-se observá-la no Assentamento Cunha. Nas observações da pesquisa de campo notou-se que muitas práticas agrícolas dos assentados se vinculam a princípios e conceitos da agroecologia, como por exemplo, o sistema de consórcio de banana com feijão de corda.

O assentado, quando questionado onde aprendeu essa prática, relatou a transmissão do conhecimento intergeracional camponês. Segundo Altieri (2012), a policultura em consórcio é fundamental para garantir a Soberania Alimentar, a disponibilidade de nutrientes e interações benéficas entre as espécies cultivadas. Além disso, permite melhor controle de pragas, doenças e diminui a dependência



Figura 7: Assentamento Cunha - Consórcio de banana com feijão de corda.

Fonte: SILVA, Edson B. da. Fev. 2013.

de insumos.

Já na **Figura 8**, se observa o aproveitamento dos resíduos da cana para recompor a fertilidade do solo. Segundo o senhor Reginaldo, a utilização dessa prática de aproveitamento se reforçou porque percebeu que se tratava de um excelente adubo. Esse assentado relatou que aprendeu tal prática no convívio histórico com a terra, percebeu que poderia reaproveitar os restos da cana e resolveu experimentar, o sucesso o levou ao hábito de amontoá-los para posterior utilização. Outros entrevistados relataram que aprenderam com os pais, utilizar fumo como repelente de “espécies-praga.”

Na **Figura 9** se observa a manifestação do princípio agroecológico da agrobiodiversidade, por meio da policultura. Segundo Altieri (2012), os policultivos são mais estáveis, reduzem a população de pragas, diminuem a ação de doenças, permitem resistência à seca e maior produtividade no campo. O proprietário da parcela, senhor Petrônio, relatou que a policultura foi um



Figura 8: Assentamento Cunha - Resíduos de cana utilizados como adubo.

Fonte: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013.

mecanismo para aproveitar melhor a terra, no tempo e espaço.

Os exemplos apresentados demonstram que a produção agroecológica do Assentamento Cunha também foi resultado dos conhecimentos empíricos e de iniciativa dos camponeses. Não obstante, há uma desvalorização histórica desses conhecimentos o que propiciou condições para a sua substituição por conhecimentos imperialistas.

Esse processo foi instituído para favorecer os interesses do capital financeiro/industrial internacional. É urgente reconhecer que o conhecimento científico não é a única forma de conhecimento, que outras visões e entendimentos do mundo existem, portanto é necessário construir um diálogo de saberes. Nesse interim, no próximo tópico o debate se verterá para a identidade camponesa e produção agroecológica, as suas possibilidades e seus desafios.



Figura 9 - Assentamento Cunha - Presença da policultura no assentamento.

Fonte: SILVA, Edson B. da. Abr. 2013.

IDENTIDADE CAMPONESA E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Medeiros (2006) destaca que a desterritorialização camponesa não representa a eliminação da identidade dos sujeitos expropriados. Nesse sentido, o retorno a terra possibilita a retomada dessa base cultural anterior. Nas pesquisas desenvolvidas pela autora em assentamentos do Rio Grande do Sul foi identificado que a identidade camponesa se materializa por meio de permanências e transformações. Desse modo, as experiências de vida em outros lugares, como os centros urbanos, provocam mudanças nos comportamentos, nos padrões de conduta.

Vinculado a isso, o assentamento é um novo ambiente, em que os vizinhos e a família ampliada estão ausentes. Além disso, a terra não é a mesma, o camponês precisa “sacar da cartola” novos conhecimentos, enquanto outros permanecem, como a lógica da troca de sementes entre vizinhos. Concomitante, promove contato com outra concepção de trabalho coletivo, que coloca em questão sua liberdade de escolha individual.

No Assentamento Cunha, a trajetória espacial dos camponeses, também não eliminou a identidade camponesa, as práticas e os conhecimentos tecidos na relação ser humano/natureza e ser humano/ser humano foram retomados nesse espaço. E apesar de se constituir num “novo” mundo de relações e de condições fisiográficas, a relação cotidiana entre os sujeitos sociais com o meio foi tecendo uma nova territorialidade. Além do mais, os desafios apresentados levaram os camponeses assentados a utilizar um arsenal de conhecimentos, que envolveram aqueles aprendidos em suas comunidades originárias, como a lógica da troca de sementes, como os saberes de plantio e extração de madeira que envolvem as estações da lua, entre outros.

As relações de poder no interior do assentamento, com diferenças nas

concepções de trabalho coletivo, de fato colocaram em xeque a liberdade de escolha camponesa. Com isso, no assentamento pesquisado, mesmo com a defesa do MST do trabalho coletivo nos moldes proletaristas, os camponeses assentados resistiram com a permanência de formas coletivas de trabalho camponês, como o mutirão, apesar de sua diminuição.

A resistência da racionalidade camponesa no Assentamento Cunha é parte da lógica de reprodução desse sujeito social. Dourado (2012), na análise do campesinato amazônico, destaca que a policultura aliada a dinâmica dos rios, a permanência de saberes/fazeres originários, o cultivo com baixo uso de insumos externos, tem permitido a reprodução do modo de vida camponês, o fornecimento de alimentos de qualidade para a economia regional, a geração de empregos e a reprodução de práticas autossustentáveis de base agroecológica.

Com as devidas ressalvas, a análise de Dourado (2012), permite perceber que há uma similaridade no campesinato brasileiro, quanto a algumas estratégias de reprodução social. Pois, tal como no Assentamento Cunha, no campesinato amazônico a policultura está no centro da lógica sociocultural de reprodução desse sujeito social. O autor destaca que os camponeses amazônicos cultivam frutas endêmicas e exóticas, cereais, tubérculos, entre outras culturas agrícolas, o que potencializa a biodiversidade. Além disso, tal como apresentado para o Assentamento Cunha, há troca de sementes, laços indissociáveis dos camponeses com a terra e concepções negativas sobre o uso de agrotóxicos.

Portanto, concorda-se com Dourado (2012), as políticas destinadas aos territórios camponeses devem levar em conta o saber originário, como um instrumento de potencialização da emancipação camponesa, por meio de uma produção de base agroecológica. Marcos (2007) também chama atenção para o fato de que os camponeses não irão adotar todos os conhecimentos técnicos, se apropriarão apenas daqueles que lhes serão úteis, além disso, são criativos e

com base em seus conhecimentos adaptam e melhoram as tecnologias.

A autora, em pesquisa em assentamentos no Nordeste brasileiro, percebeu que na produção em mandalas os camponeses adaptavam e modificavam as experiências, com a substituição de materiais para a retenção de água, com o uso de culturas diferentes das recomendadas nos círculos de produção, como a mandioca, ademais, retomavam práticas de comercialização direta, como as feiras livres, importantes à produção agroecológica. Conforme Marcos (2007), os camponeses estão preocupados com sua autosustentabilidade, isso promove o uso de estratégias sustentadas no conhecimento originário para permanência na terra.

Mas os desafios também são significativos para a produção agroecológica. Segundo Candiottto & Saquet et. al (2012), em pesquisa desenvolvida no Sudoeste do Paraná, os camponeses mencionaram a ausência de assistência técnica, de financiamento adequado, as dificuldades de certificação da produção, de construção de barreiras materiais aos agrotóxicos vindos dos monocultivos limítrofes, entre outros elementos.

Além do mais, tal como identificado para o Assentamento Cunha, como resultado da apropriação da renda da terra, os camponeses paranaenses reclamam da escassez de mão-de-obra. Isso é materializado no envelhecimento da população, na migração dos mais jovens e, por conseguinte, no comprometimento da sucessão rural. O fato é que a produção agroecológica se insere num embate ideológico.

Como declara Candiottto & Saquet et. al (2012), há uma ridicularização intencional que coloca a necessidade de construção de redes políticas entre diferentes sujeitos sociais, para vencer os desafios e ampliar as possibilidades de materialização. Entende-se que a luta contra a ridicularização do conhecimento

originário é parte desse desafio em favor da produção agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade camponesa se mostra importante na retomada da produção agroecológica, porque se coloca como diferencial na disputa com o agronegócio. Todavia, ela tem seus limites determinados pelo capital, que dilacera a família camponesa devido à exploração, com a consequente captura da mão-de-obra para atividades fora da parcela. Isso resulta na escassez de “braços” para o desenvolvimento da produção agroecológica, assim como na dificuldade de materialização do conhecimento camponês no interior da comunidade camponesa.

Além disso, a introdução do modo de vida urbano desestabiliza os princípios da reciprocidade camponesa e afeta as relações de ajuda mútua. Esse processo resulta na ampliação da autoexploração e na necessidade de contratação de mão-de-obra temporária e assalariada. No entanto, apesar disso, o *habitus* de classe do campesinato é um elemento importante para a consolidação da produção agroecológica, ou seja, o metabolismo com a terra e a representação do trabalho são possibilidades para fortalecê-la.

Portanto, a territorialização da produção agroecológica está vinculada à luta dos camponeses em continuar sendo camponeses. Com isso, por meio do diálogo entre saberes pode haver a constatação do conhecimento camponês e a temporalidade lenta do campesinato, como possibilidade frente à temporalidade rápida imposta pelo agronegócio por meio da “Revolução Verde.” Nesse interim, este trabalho coloca em xeque a concepção evolucionista, que despreza os saberes originários dos camponeses brasileiros e conduz para a (re)valorização da identidade camponesa como possibilidade precípua à produção agroecológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de (2009). Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito*. Editora Expressão Popular, São Paulo: p 175-195.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (2006). (Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 377 p.
- ALTIERI, Miguel (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 400 p.
- BOURDIEU, Pierre (1983). Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (org.). Sociologia. (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). Editora Ática, São Paulo: p 48-81.
- CANDIOTTO, Luciano Zannet Pêsoa; SAQUET, Marcos Aurélio Saquet et. al. (2012) Elementos da configuração da agroecologia nos municípios de Itapera D'oeste, Salto do Lontra e Verê-Sudoeste do Paraná. *Campo-Território: revista de Geografia agraria*, v. 07, n. 14, p. 01-21.
- CALAÇA, Manoel (2010). Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *Ateliê Geográfico*, v. 01, n. 01, p 01- 18.
- CARVALHO, Horacio Martins de & STEDILE, João Pedro (2012). Soberania Alimentar. In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Editora Expressão Popular, Rio de Janeiro: p 714-723.
- CASTELLS, Manoel (1999). Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. *O poder da identidade*. Editora Paz e Terra, São Paulo: p 21-43.
- CHAYANOV, Alexander V. (1974). *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones nueva visión, 339 p.
- DOURADO, José Aparecido Lima (2012). Agroecologia e Soberania alimentar na

Amazônia: para além das trincheiras discursivas do modelo de desenvolvimento agrícola/agrário. *Agrária*, v. 01, n. 16, p. 4-32.

FABRINI, João Edmilson & MARCO, Valéria de (2010). Os camponeses e a práxis da produção coletiva. São Paulo: Expressão Popular, 149 p.

GONÇALVES, Carlos W.P. (2012). *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 461 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González de (2005). *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 96 p.

HALL, Stuart (1997). A identidade em questão. In: _____. Identidades culturais na pós-modernidade. Tradução Tomaz T. da SILVA e Guacira L. Louro. Editora DP & A Editora, Rio de Janeiro: p. 7-23.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Plano de Recuperação do Assentamento Cunha, Cidade Ocidental-GO. Cristalina: Rede Terra, 2011. 200 p.

KAUTSKY, Karl (1998). A questão agrária. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 586 p.

LUXEMBURGO, Rosa (1985). *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 415 p.

MACHADO, Altair Toledo & MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (2011). Manejo Agroecológico de Agroecossistemas em Comunidades Rurais e Assentamentos da Região Centro-Oeste com Ênfase nas Plantas de Cobertura: conceituação, síntese metodológica e experiências locais. In: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais. Editora Embrapa Cerrados, Planaltina, DF: p 316-351.

MARCOS, Valéria de (2007). Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a

- agricultura do futuro. *Agrária*, v.01, n. 07, p. 182-210.
- MARTINS, Adalberto (2012). A Agroecologia na Estratégia do MST como Parte da Contraposição ao Agronegócio. In: Seminário da região Sul sobre a Agroecologia, 10, (2012). *Porto Alegre, Anais do Seminário da região Sul sobre a agroecologia*, Porto Alegre: Editora UFRGS, artigos.
- MARX, Karl (2005). Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *Raízes*, v. 22, n. 02, p 110-123.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (2006). Camponeses, cultura e inovações. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.01, n. 01, p. 41-59.
- SANTOS, Jose Vicente Tavares dos (1984). *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 182 p.
- SHANIN, Teodor (2005). A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, v. 01, n. 07, p 01-21.
- SHIVA, Vandana (2003). *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 240 p.
- VERGÉS, Armando Bartra (2011). Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 339 p.
- WOORTMANN, Klass (1990). Com parente não se negueia. – O campesinato como ordem Moral. *Anuário Antropológico*, v.01, n. 01, p. 01-71.